

LIBERDADE E DIREITO À HABITAÇÃO: A ARQUITETURA PORTUGUESA DEPOIS DA REVOLUÇÃO DE ABRIL

Eduardo Fernandes

Lab2PT e EAAD, Universidade do Minho,

<https://orcid.org/0000-0002-5762-2682>

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.176.20>

Introdução

O *25 de Abril de 1974* alterou profunda e decisivamente, em todos os aspetos, a vida do nosso país. Seria inevitável que a revolução e a mudança de regime que lhe sucedeu também tivessem consequências no campo da arquitetura.

O Processo SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local), um programa de promoção de habitação económica instituído pelo primeiro Governo Provisório, com grande repercussão nacional e internacional, foi a face mais visível das mudanças ocorridas. Mas as consequências da revolução para a arquitetura portuguesa não se esgotam neste programa.

Este texto está estruturado em dois capítulos, cada um deles organizado segundo uma articulação de três temas distintos, mas indissociáveis: ensino, teoria e prática. Na primeira secção é apresentado um resumo da evolução da situação existente no país durante o Estado Novo, para melhor enquadrar as mudanças ocorridas em resultado da revolução; na segunda, são analisadas essas mudanças.

Em ambos os casos, é dado maior destaque ao que aconteceu no norte do país, campo preferencial de investigação do autor. Pela mesma razão, a análise incide apenas na área disciplinar da arquitetura, deixando de fora as questões relacionadas com o desenho urbano e o planeamento (que também atravessaram grandes transformações depois da Revolução de Abril).

1. O Estado Novo e a Arquitetura

Do ponto de vista da produção teórica, no período em análise (1933-74), a arquitetura portuguesa ficou profundamente marcada pela produção de três nomes: Raul Lino, Fernando Távora e Nuno Portas.

Raul Lino é o arquiteto mais ativo na primeira metade do século XX, com vasta obra publicada: cinco livros, sete ensaios, dezassete artigos em revistas e mais de cento e oitenta artigos em jornais (Ribeiro, 1994). É com base nos seus textos que se constrói a chamada “doutrina da Casa Portuguesa”, que o Estado Novo impôs aos arquitetos na segunda metade dos anos 30 e durante quase toda a década de 40. Podemos encontrar os melhores exemplos deste discurso doutrinário nos livros *A Nossa Casa* (Lino, 1918) e *Casas Portuguesas* (Lino, 1933), acompanhados por ilustrações que definem um conjunto de modelos pretensamente portugueses para a arquitetura doméstica.

Este discurso conservador de Raul Lino, crítico do movimento moderno, sai definitivamente derrotado do Primeiro Congresso Nacional de Arquitetura, em 1948, onde é alvo de uma condenação quase unânime pelos arquitetos presentes, organizados em dois grupos recentemente formados: as Iniciativas Culturais Arte e Técnica (ICAT), de Lisboa; e a Organização de Arquitectos Modernos

(ODAM), do Porto. O livro de atas deste Congresso (SNA, 1948) constitui em si mesmo um documento teórico relevante na história da arquitetura portuguesa do século XX; apresenta um conjunto de textos que, na sua maioria, defendem ideias modernistas e recomendam a adoção de princípios internacionalistas na arquitetura portuguesa.

Face à oposição aparentemente irresolúvel entre o posicionamento do Estado e as aspirações dos arquitetos, na viragem do século, outro nome começa a destacar-se: Fernando Távora. Este inicia em 1945 um conjunto de textos com caráter de manifesto que publica em diversos jornais e revistas, onde propõe um caminho alternativo ao conservadorismo de Raul Lino e ao internacionalismo dos seus colegas modernos mais radicais: “Eu propunha uma terceira via que, embora radicada na realidade portuguesa, excluía o folclórico. Na minha opinião as outras duas pecavam por formalismo, o que não resolvia nada” (Távora, 1986, p. 12).

A sua produção teórica da década seguinte continua a explicitar este caminho alternativo, apresentando o resultado do seu pensamento, fruto de uma cultura invulgar, mas também do testemunho do debate internacional da época. Távora esteve presente nos últimos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), em Hoddesdon (1951), Aix-en-Provence (1953), Dubrovnik (1956) e Otterlo (1959), e ainda no encontro de Royaumont, do Team Ten (1962). O seu texto sobre este último encontro, a propósito do debate entre Gheorghios Candilis e Josep Coderch, deixa no ar uma questão que será significativa depois da revolução: o confronto “entre o número 1 e o número 25 000” (Távora, 1963), na escala de atuação dos arquitetos, começa a revelar-se paradigmático, uma vez que o projeto que considera o cliente como indivíduo é necessariamente diferente do projeto que encara os futuros utentes como uma multidão indiferenciada.

Este processo teórico remata com a publicação do livro *Da Organização do Espaço* (Távora, 1982), a sua prova de dissertação para o Concurso de Professor do 1º Grupo da Escola Superior de Belas Artes do Porto (ESBAP), realizada em 1962.

O apelo de Távora, feito logo em 1945 (com 22 anos), para que se estudasse o Homem e a Terra portugueses (Távora, 1945) foi acolhido por Keil do Amaral (outro autor com obra teórica bastante relevante nesta época), que promoveu um Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa, iniciado em 1955 e finalizado em 1961, com a publicação das suas conclusões. O livro resultante, *Arquitetura Popular em Portugal* (SNA, 1961), abriu caminho para uma maior atenção à realidade do mundo rural português, tanto do ponto de vista etnográfico e sociológico como na vertente tipológica e tectónica, criando um novo paradigma na arquitetura portuguesa: na obra de Fernando Távora, Nuno Teotónio Pereira, Manuel Táfnha, Vítor Figueiredo e Keil do Amaral, entre outros, esta nova atenção às tectónicas vernaculares (e a sua articulação com processos construtivos modernos) permitiu o aparecimento de uma nova linguagem, perfeitamente adequada às condições coetâneas.



Figura 1 Pavilhão de Ténis da Quinta da Conceição, Fernando Távora; fotografia de Eduardo Fernandes.

Nesta altura, começava a tornar-se claro que esta “atenção ao mundo rural e popular, ao seu artesanato e técnicas ancestrais”, abria caminho para “uma reflexão antropológica sobre o conteúdo das formas «espontâneas»” (Portas, 1963). No entanto, o sucesso deste Inquérito também originou a generalização de uma tendência ruralizante, que ficou conhecida como “barrote à vista” (COSTA, 1982, p. 48), caracterizada pelo uso anacrónico e generalizado de sistemas e materiais construtivos tradicionais.

No panorama teórico português do século XX, surge nesta altura um terceiro nome de grande relevância, Nuno Portas, cuja obra teórica vai permitir a divulgação de uma “novíssima geração” de arquitetos (Portas, 1959), primeiro em Portugal e depois em revistas publicadas em Espanha, Itália e Argentina. É com estes textos que a obra de Álvaro Siza alcança projeção nacional e internacional.

Portas também desempenhou um papel de relevo no Colóquio sobre Política de Habitação promovido pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil entre 30 de junho e 5 de julho de 1969 (de que foi relator). Neste Colóquio ficaram claras as carências habitacionais do país, que oscilavam “entre os 350 000 e os 500 000 fogos” e a fraca representatividade da promoção pública (“entre 5% e 10% da construção total”). Deste encontro saíram também um conjunto de princípios que seriam relevantes nas políticas desenvolvidas depois da revolução: preferência por habitações de tipo evolutivo; localização dos bairros junto dos locais de trabalho dos futuros residentes; e políticas eficazes para “controle do solo” urbano (Bandeirinha, 2007, pp. 71-72).

A comunicação de Nuno Portas (realizada por escrito, porque não pôde estar presente) ao Encontro Nacional de Arquitetos, realizado em dezembro de 1969, é também um documento importante. Este encontro, marcado pelas divisões internas entre “chefes” e “colaboradores”, terminou sem conseguir os consensos desejados e com uma clara demarcação do posicionamento dos arquitetos do Porto (Bandeirinha, 2007).

No ensino da arquitetura a situação existente nas duas únicas Escolas de Belas Artes do país também era bastante diferente. Se no

Porto o ensino dos arquitetos começou, desde os anos 40, um processo de modernização, com a ação pedagógica de Carlos Ramos, em Lisboa a docência de Cristino da Silva tinha, nesta época, uma abordagem muito mais conservadora.

No Porto, os trabalhos realizados no âmbito da “Arquitectura Analítica”, lecionada por Octávio Lixa Filgueiras, nas áreas de Miragaia (1963-64) e Barredo (entre 1964-65 e 68/69) permitiram aos alunos um contacto direto com as populações mais carenciadas da cidade que seria decisivo mais tarde, durante as operações SAAL.

Nos anos 60, tanto na ESBAL como na ESBAP, as dificuldades sentidas nas cadeiras de índole científica (acrescentadas ao *curriculum* na reforma de 1950/57) criavam uma situação dramática, porque a reprovação num ano letivo era motivo para a mobilização obrigatória para o exército, em plena guerra colonial.

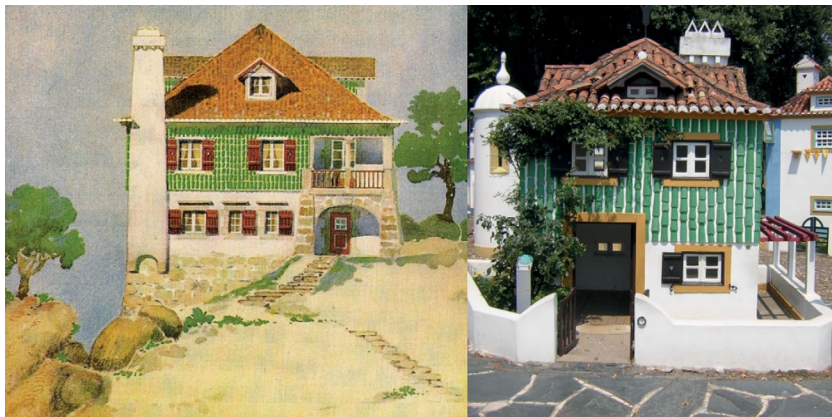
Depois da morte de Carlos Ramos, em 1969, a ESBAP entrará num período de instabilidade, que atinge o seu auge no ano letivo de 1968-69, com a demissão da maioria dos docentes do curso de Arquitetura. As notícias que chegavam da Crise Académica de Coimbra contribuía para tornar o ambiente estudantil mais efervescente. Confrontado com esta situação, o Ministério de Educação aceitou a adoção de um “regime experimental”, que garantia uma certa autonomia pedagógica (Costa, 1982). Também em Lisboa “saíram elementos essenciais do corpo docente”, nesta época, e se experimentou um “regime pedagógico totalmente diferente”. Em ambas as escolas, a insatisfação dos estudantes era crescente, no início dos anos 70 (Silva, 2024, p. 202). Nesta altura, tal como nas décadas anteriores, o posicionamento político de professores e arquitetos era decisivo para a sua carreira: bastava uma suspeita de militância (ou mesmo simpatia) comunista para um professor não ser contratado (ou ser despedido) e um arquiteto deixar que receber encomendas públicas.

Ressalve-se, no entanto, que a relação entre o Estado Novo e os arquitetos não obedeceu sempre aos mesmos princípios, entre 1933 e 1974. Se, desde que assumiu o cargo de Presidente do Conselho, Salazar percebeu que a arquitetura era um instrumento poderoso

de propaganda nacionalista, representação de poder (Ferreira e Fernandes, 2019) e doutrinação do povo, as formas como esses desígnios eram materializados não foram constantes ao longo do tempo. A ação de António Ferro no Secretariado de Propaganda Nacional era pontuada pela afirmação de uma “política de espírito” (Ferro, 1932) que tinha evidentes influências das políticas culturais de Mussolini. Tal como em Itália, também em Portugal se acreditou, na primeira metade da década de 30, que para a representação de um Estado Novo era necessária uma Arquitetura Nova. A ambiguidade da situação criada permitiu que se construíssem durante esses anos algumas obras notáveis da chamada “primeira geração da arquitetura moderna portuguesa” (Fernandez, 1988, p. 25).

Com o início da Segunda Grande Guerra, o modelo autoritário imperial da arquitetura nazi foi-se progressivamente sobrepondo às ambiguidades italianas. As comemorações dos Centenários da Fundação de Portugal (1140) e da sua Restauração (1640), em 1940, tornaram evidente essa mudança de paradigma. A arquitetura era, neste momento, um instrumento ao serviço de representação do Estado: pela criação de uma cenografia monumental que assentava em valores historicistas e imperialistas (presente na maior parte dos pavilhões da Exposição do Mundo Português de 1940) ou pela cristalização forçada de alguns valores decorativos das construções vernaculares como justificação para a criação de um estilo supostamente nacional, como defendia Raul Lino; as “casas regionais” do Portugal dos Pequenitos, projetadas por Cassiano Branco entre 1938 e 1940, também são um bom exemplo da materialização desta doutrina.

Ambas as linguagens (monumental/historicista ou “Casa Portuguesa”) eram impostas aos arquitetos, que seriam alvo de censura e recusa de aprovação dos seus projetos se não as aplicassem devidamente, quer nas obras de promoção pública, quer na arquitetura de promoção privada.



Figuras 2 e 3 Ilustração de Casa na Serra do Caramulo (Lino, 1933) e da Casa do Caramulo no Portugal dos Pequenitos, Cassiano Branco (fotografia de Eduardo Fernandes).

Importa ainda referir, neste contexto de afirmação nacionalista, as grandes operações de salvaguarda do património levadas a cabo pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), arrasando conjuntos urbanos e adulterando monumentos, procurando realçar determinados valores e fazendo desaparecer elementos históricos que não se consideravam compatíveis com a afirmação do carácter original dos edifícios. As intervenções realizadas no Castelo de Guimarães (com a demolição de todos os elementos que não se enquadravam no pretendido carácter medieval) e na sua envolvente próxima (onde foram arrasadas todas as construções existentes), por ocasião das já referidas Comemorações dos Centenários, são um bom exemplo desta atitude (Fernandes, 2012).

Neste contexto, o Estudo de Renovação Urbana do Barredo que Fernando Távora realizou no final dos anos 60, no Porto, surge como uma lufada de ar fresco, apontando novos caminhos para a intervenção no património urbano. Importa ressaltar, no entanto, que este projeto não surge por acaso. Representa a consolidação dos princípios metodológicos de um autor que já possuía uma larga experiência de obras de reabilitação. Este estudo para o Barredo, recentemente publicado pela Câmara Municipal do Porto (Távora, 1969), apresen-

ta um conjunto de princípios para a intervenção em áreas urbanas de valor patrimonial que depois vão ser aplicados na Operação Miragaia, um projeto SAAL coordenado pelo próprio Távora.

Depois de 1945, com o final da Segunda Guerra Mundial e o desaparecimento dos regimes ditatoriais italiano e alemão, o posicionamento do Estado face à arquitetura torna-se mais permissivo. O já referido Congresso de 1948 assinala o momento em que os arquitetos, pressentindo esta abertura, apresentam uma forte posição de protesto, apelando ao fim da imposição de estilos pretensamente portugueses e pedindo tolerância para a prática dos princípios modernistas na arquitetura. Esse apelo vai ser consequente; na segunda metade do século XX, Salazar permite uma maior liberdade aos arquitetos, que se fez sentir primeiro nas obras de promoção privada (onde a linguagem moderna começa a surgir sem restrições logo no início da década de 50) e, uma década depois, chegará aos edifícios públicos.



Figuras 4 e 5 Exemplos de arquitetura modernista construída em Portugal no início dos anos 50: edifício na rua de Ceuta (no Porto), de Arménio Losa, e conjunto habitacional no cruzamento das avenidas dos Estados Unidos da América e de Roma (em Lisboa), de Filipe Figueiredo e Jorge Segurado; fotografias de Eduardo Fernandes.

Efetivamente, é nas obras de promoção pública que as imposições estilísticas do Estado se prolongam mais no tempo, mas mesmo neste caso as restrições tendem a atenuar-se, com o passar dos anos, em função dos agentes envolvidos: a ação de Cavaleiro de Ferreira (ministro da Justiça de 1944 a 1954) e Frederico Ulrich (ministro das

Obras Públicas de 1947 a 1954) foi muito mais repressiva em relação às propostas modernistas dos arquitetos para obras públicas do que as dos seus sucessores, Antunes Varela e Arantes Oliveira.

Por outro lado, mesmo nos anos de maior repressão, a atuação do Estado dependia do tipo de programa em causa e da reputação dos seus autores. Programas associados a uma ideia de modernidade, como os Cinemas, sempre tiveram uma apreciação mais permissiva, mesmo nos anos de maior censura, como se pode constatar pela aprovação dos projetos do Cinearte, em Lisboa (desenhado por Raul Rodrigues Lima entre 1938 e 1940), e do cinema Batalha, no Porto (Artur Andrade, 1946).



Figuras 6 e 7 Cinearte, Lisboa (Raul Rodrigues Lima, 1938-40);
fotografias de Eduardo Fernandes.

Por outro lado, os programas de caráter local, como os Mercados Municipais, não eram sujeitos ao mesmo tipo de censura e de imposição linguística que os programas mais representativos das instituições estatais, como os Tribunais. Veja-se, por exemplo, a diferença entre as linguagens utilizadas nos Mercados e Palácios de Justiça em duas cidades, Ovar (Tavares, 2012) e Amarante (Fernandes e Pereira, 2019), onde ambos os equipamentos foram desenhados em percursos subsequentes pelo mesmo arquiteto, Januário Godinho.



Figuras 8 e 9 Palácio de Justiça e Mercado Municipal de Amarante (ambos projetados em 1959 por Januário Godinho); fotografias de Eduardo Fernandes.

É precisamente na obra deste autor que podemos encontrar a demonstração mais clara de que, no campo da arquitetura, o posicionamento do Estado foi sendo cada vez mais permissivo, ao longo da segunda metade do século XX. O projeto de Januário Godinho para o Palácio de Justiça de Lisboa (iniciado em 1958 e aprovado nos anos 60, com a obra a ser inaugurada no início da década seguinte) mostra claramente que a imposição de uma linguagem de Estado já não era uma condicionante incontornável, mesmo num dos programas mais representativos do Poder.

Mas é sobretudo na política habitacional que se notam as maiores diferenças entre a estratégia de atuação do Estado Novo e o que acontece depois do *25 de Abril*. As políticas de promoção habitacional anteriores, primeiro com os Bairros de Casas Económicas (moradias geminadas com jardim e horta) e, depois de 1948, com os bairros de habitação coletiva de promoção pública (Estatal ou Municipal), revelaram-se sempre injustas, repressivas e manifestamente inoperantes para resolver os grandes problemas da habitação que existiam no país, onde uma grande percentagem de habitantes de Lisboa e Porto viviam em barracas e ilhas.



Figura 10 Palácio de Justiça de Lisboa (projetado entre 1958 e 1965 por Januário Godinho); fotografia de Eduardo Fernandes.

2. Liberdade e Direito à Habitação

No campo da arquitetura, como em muitos outros aspetos da sociedade portuguesa, *o 25 de Abril* representou a conquista da Liberdade, mas também um restabelecimento de prioridades na ação do Estado.

O processo de projeto do Tribunal do Barreiro, de Januário Godinho, é sintomático desta mudança de paradigma: o trabalho foi iniciado em 1964 e sujeito a várias revisões, com a apresentação de sucessivas propostas; a última versão, que corrige alguns pormenores do projeto anteriormente aprovado, é apresentada a 10 de abril de 1974. Seguem-se vários meses de silêncio, da parte da Secretaria de Estado das Obras Públicas do novo Ministério do Equipamento Social e Ambiente. No início do ano seguinte, a Câmara Municipal do Barreiro envia um ofício a Januário Godinho comunicando a decisão de “protelar” a construção do Palácio da Justiça e informando que será restaurado o antigo edifício do Tribunal, sendo a verba sobranse aplicada em obras que a população do Conselho “considere prioritárias” (Fernandes e Pereira, 2019, p. 77).

Há, efetivamente, uma nova hierarquia de prioridades, que segue o espírito dos novos tempos e tem expressão na arquitetura da época.



Figura11 Câmara Municipal de Matosinhos, Alcino Soutinho;
fotografia de Eduardo Fernandes.

Uma das primeiras obras públicas com relevância construídas depois de abril de 1974 foi a Câmara Municipal de Matosinhos, que é um exemplo perfeito das mudanças de mentalidade resultantes da Revolução. Em primeiro lugar, porque a sua encomenda resulta de um concurso público (realizado em 1980). Em segundo lugar, pelo carácter da proposta vencedora: Alcino Soutinho desenvolve o projeto segundo um “conceito de autarquia aberta”, com “espaços livres para a realização de reuniões e assembleias”, para que o povo pudesse ver o que se passava, sentindo que “os seus olhos estão bem em cima do que se faz” (Miranda, 1989, p. 17). Efetivamente, o projeto permite a participação da população no processo democrático: “o átrio comunica nos vários pisos com espaços adjacentes de forma aberta,

numa vontade expressa de fazer penetrar o público, de o levar às sessões da Assembleia Municipal ou aos acontecimentos no Salão Nobre” (Toussaint, 1989, p. 8). Por outro lado, na sua imagem exterior, o edifício assume a importância simbólica do seu programa pela sua linguagem, volumetria e composição, sem descuidar uma serena integração no contexto urbano envolvente.

No campo da reabilitação de monumentos e núcleos urbanos com valor patrimonial, *o 25 de Abril* também permitiu uma mudança de políticas muito relevante. A anterior ação da DGEMN procurava sobretudo (como já foi referido na secção anterior) glorificar determinados períodos históricos, demolindo ou adulterando tudo aquilo que não se enquadrava na narrativa nacionalista e imperialista que o Estado pretendia afirmar. A revolução de 1974 permitiu seguir outros caminhos, mais próximos da discussão internacional levada a cabo sobre este tema desde a Carta de Veneza (ICOMOS, 1964).



Figura 12 Pousada de Santa Marinha da Costa, Fernando Távora;
fotografia de Eduardo Fernandes.

Neste contexto, a reabilitação e ampliação do antigo Mosteiro de Santa Marinha da Costa, em Guimarães, para a sua adaptação a Pousada, é um momento importante. O trabalho de Fernando Távora foi iniciado antes do *25 de Abril* (em 1972), mas atravessou as principais fases de projeto já num contexto de Liberdade e foi desenvolvido com uma metodologia que se tornou exemplar a vários níveis: quer pelo apoio de uma equipa multidisciplinar que incluía historiadores e arqueólogos, quer pelo rigor do projeto, profusamente desenhado e documentado, quer pela clareza na distinção entre o restauro do existente e a afirmação do tempo presente nas áreas novas. O projeto ganhou o Prémio Nacional de Arquitetura em 1987 e tornou-se uma referência incontornável para obras de outros arquitetos no campo da reabilitação patrimonial.

Mas o papel pedagógico de Távora em Guimarães não se limitou a esta obra. São de igual importância o restauro da Casa da Rua Nova, onde se vai instalar o Gabinete Técnico Local (GTL) da cidade (que o próprio de Távora coordena), dando apoio a projetos de reabilitação promovidos pela população, e ainda os projetos que realiza para um conjunto de praças no centro histórico (Praça do Município, Praça de S. Tiago, Largo da Misericórdia e Largo da Condessa do Juncal). Não será exagero dizer que a ação de Távora é a referência principal de toda a reabilitação operada no casco histórico de Guimarães, que contribui decisivamente para a sua classificação pela UNESCO como Património da Humanidade (Fernandes e Cabeleira, 2024).

No entanto, o setor em que as mudanças de paradigma surgidas com o *25 de Abril* se revelaram mais consequentes no campo de atuação da arquitetura foi, sem dúvida, o da habitação. As necessidades da população eram inegáveis, e tornavam-se ainda mais evidentes com o clima de agitação popular que se vivia. Por outro lado, a nova situação política implicava um diferente entendimento da questão: o acesso a uma habitação digna passou a ser considerado como um direito, que seria consagrado na Constituição Portuguesa em 1976.

Assim, a resposta às carências habitacionais da população foi um desígnio prioritário do primeiro Governo Provisório, e iria ter

como principal consequência a criação do SAAL (Serviço Ambulatório de Apoio Local), um programa nacional de promoção de habitação social: o Despacho Interno de junho de 1974, do Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo (Nuno Portas), já refere o SAAL como uma das “ações prioritárias” programadas, mas é o Despacho Conjunto dos Ministros da Administração Interna e do Equipamento Social e do Ambiente que institui oficialmente o programa (Diário do Governo, nº 182, 1ª Série, 6 de agosto de 1974).

Ressalve-se, no entanto, que o SAAL nasceu como herdeiro teórico de toda a investigação revisionista dos anteriores processos modernistas de alojamento social, do *Existenzminimum* (tema do segundo Congresso Internacional da Arquitetura Moderna, realizado em Frankfurt, em 1929) às grandes unidades habitacionais (a Unidade de Habitação de Marselha, de Corbusier, construída no início da segunda metade do século XX, estabeleceu um modelo de atuação que teve repercussão em toda a Europa). Portas conhecia melhor que qualquer outro arquiteto português esta tendência revisionista, levada a cabo em todo o mundo, nos anos 60 e 70, por autores de diversas áreas científicas, como Aldo van Eyck, Lévi-Strauss, Chombart de Lauwe, Bernard Rudofsky, John Turner, John Habraken e Giancarlo De Carlo (entre muitos outros), que abordaram a questão com produção teórica e trabalho prático (Montaner, 2001).

Partindo deste contexto, o SAAL foi estabelecido tendo em conta a vontade de aplicação de seis princípios essenciais: o “princípio da preferência pela manutenção das localizações”; o “princípio da organização social da procura”; o “princípio da autonomia na gestão do projecto e da obra”; o “princípio da incorporação de recursos próprios”; o “princípio da descentralização da promoção habitacional”; e o “princípio da iniciativa experimental” (Bandeirinha, 2007, pp. 121-122). Este conjunto de princípios pode ser resumido em dois desígnios principais: o *direito à cidade* (implicado no primeiro) e o *direito à arquitetura* (que se relaciona com todos os restantes).

A ideia de *direito à cidade* remete muito diretamente para o célebre livro de Henri Lefebvre (1968) e ganha contornos de

manifesto como reação às políticas de habitação social do Estado Novo, que desalojavam os moradores dos centros das cidades para os realojar na periferia. Esta situação foi especialmente gritante no Porto, durante o primeiro Plano de Melhoramentos (1955-66), onde mais de 25.000 pessoas foram realojadas longe dos anteriores locais de residência, quebrando laços de família, amizade e vizinhança, e dificultando as deslocações entre casa e trabalho.

O *direito à arquitetura*, por outro lado, implicava a descentralização da gestão do processo, a organização dos moradores em “Associações”, a autonomia dos projetistas (organizados em “Brigadas Técnicas”) e uma ideia inclusiva de participação da população local no processo de projeto. No entanto, face à urgência e à escala das necessidades, os arquitetos enfrentavam uma situação paradoxal: confrontadas com a gravidade da situação, as equipas do SAAL necessitavam de uma abordagem pragmática para permitir uma resposta eficaz a curto prazo. Face a este contexto, tornavam-se claros os condicionalismos do paradoxo de *Royaumont*, abordado no já referido texto de Távora: a oposição entre o número 1 (situação ideal, em que cada pessoa é tratada como um cliente) e o número 25.000 (que remete para as necessidades globais da população, encarada como um coletivo).

Existia ainda outra razão para a urgência do desenvolvimento do processo: a perceção de que o programa tinha sido iniciado num momento político específico, enquadrado pelo fervor revolucionário do 25 de Abril e que o seu desenvolvimento dependia de um conjunto de condições relacionadas com essa conjuntura. Efetivamente, com a evolução da situação política do país, as condições alteraram-se: em 1976, um Despacho Conjunto dos Ministros da Administração Interna e da Habitação, Urbanismo e Construção (Diário da República, nº 253, 1ª Série, 28 de outubro de 1976) remete o desenvolvimento dos processos SAAL para os municípios, alterando profundamente o cenário; se em muitas autarquias do país o programa continuou, noutros concelhos esta mudança representou a paralisação da maioria dos processos em curso.

Na cidade do Porto a autarquia era hostil ao processo desde o seu início. Por isso, o referido despacho representou o fim do programa: tinham sido já iniciadas 33 operações, mas apenas em dez casos a construção dos bairros se iniciou (e em muitos destes casos, a sua concretização ficou incompleta); assim, foram construídas apenas 374 habitações das 11.500 que estavam previstas (Costa, 2007, p.43). Face a esta conjuntura, a participação das populações no processo de projeto terá sido contraproducente, dilatando os prazos de conceção do projeto, sem que o resultado expressasse uma efetiva resposta aos anseios dos futuros moradores. Se muitos projetos ficaram no papel, existiram também bairros efetivamente construídos onde esta metodologia se revelou ineficaz, porque os acabamentos das habitações foram rapidamente alterados pelos moradores, após a conclusão da obra: o caso do Bairro da Maceda, projetado por Alcino Soutinho, é o exemplo mais evidente. Noutras autarquias, pelo contrário, foram construídos vários projetos SAAL depois de 1976 (dando seguimento a operações iniciadas anteriormente).

Excluídas as diferenças circunstanciais que são evidentes nos processos realizados na periferia de Lisboa (Santos e Drago, 2024), no resto do país a generalidade dos casos corresponde a um modelo uniforme de atuação, caracterizado pela baixa densidade dos conjuntos habitacionais propostos e pela relação harmoniosa com o contexto. Este foi, efetivamente, um momento em que se estabeleceu uma plataforma de entendimento em todo o território nacional, na tentativa de resolver um problema urgente.

O modo como o processo se desenrolou no Porto teve, no entanto, contornos especiais, distintos do que aconteceu no resto do país. Em primeiro lugar, porque os problemas habitacionais da cidade eram muito específicos, com grande parte da população a viver nas chamadas ‘ilhas’, bairros habitacionais caracterizados por fiadas de pequenas casas (com cerca de dezasseis metros quadrados cada, sem saneamento básico nem mínimas condições de conforto), construídas lado a lado no interior dos lotes urbanos, abertas para um estreito corredor exterior que organizava o acesso às habitações e comunicava

com a via pública. A maior parte destas ‘ilhas’ situava-se no centro da cidade, implicando (na consideração do *direito à cidade*) um modelo de atuação que resultou numa certa uniformidade nas intervenções. Esta circunstância distinguia as propostas do SAAL-Norte das que se realizavam em Lisboa, onde os bairros de lata se situavam na periferia, facilitando a aplicação do *princípio da preferência pela manutenção das localizações*. No Porto, este princípio implicava o realojamento no centro da cidade, com as consequentes implicações ao nível do custo dos terrenos e da relação com a envolvente, que restringia a escala das intervenções.

Em segundo lugar, porque as equipas do SAAL Norte eram, na sua maioria, constituídas por alunos e professores do curso de Arquitetura da ESBAP, o que permitia aproveitar a experiência de campo dos já referidos trabalhos realizados no âmbito da “Arquitetura Analítica”. Na realidade, o envolvimento da Escola neste processo foi tão grande que, de 1974 a 1976, o curso ficou suspenso e alunos e professores dedicaram-se em exclusivo ao programa, encontrando aí um campo experimental onde puderam concretizar ideias que eram válidas, simultaneamente, nos âmbitos pedagógico e profissional.

Importa ainda referir, em terceiro lugar, que muitos dos trabalhos realizado antes da revolução por alunos e professores da ESBAP estabelecem uma construção teórica e metodológica que tem reflexos diretos nas obras SAAL construídas no Porto. Os textos de Távora dos anos 50 e 60, a participação portuense no Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa, o trabalho realizado pelo grupo CIAM-Porto para o Congresso de Dubrovnik e a abordagem metodológica dos CODA (Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto) de Arnaldo Araújo, Sérgio Fernandez e José Joaquim Dias apresentavam uma aproximação à identidade popular do mundo rural. A aplicação desta aprendizagem a um contexto urbano e a um tipo de população distinta não foi problemático porque o Estudo de Renovação Urbana do Barredo, de Fernando Távora, já tinha realizado essa transição.

Embora os resultados construídos tenham ficado muito aquém da ambição do Programa, o impacte que o SAAL teve um

pouco por todo o mundo ultrapassou as expectativas. A circunstância política do país atraía a atenção da imprensa internacional desde abril de 1974. Este programa, criado na sequência do processo revolucionário, apresentava uma metodologia que seguia de perto as mais recentes preocupações do debate internacional e resultou em alguns bairros de inegável qualidade arquitetónica. Assim, o fenómeno tornou-se irresistível para a imprensa internacional; foram publicados artigos sobre o SAAL na maioria das revistas europeias especializadas na área da arquitetura: *Construccion Arquitectura Urbanismo* (nº 30, 1975), *Cité Classe* (nº 4, 1975), *Lotus International* (nº 13, 1976), *L'Architecture d'aujourd'hui* (nº 185, 1976) e *Casabella* (nº 419, 1976), entre outras. O SAAL tem resultados a apresentar muito para além de 1976; o caso do bairro da Malagueira, em Évora, de Álvaro Siza (iniciado em 1977), é um dos mais bem-sucedidos. Mas os ensinamentos metodológicos que estas experiências legaram também foram aplicados noutra tipo de programas. O movimento cooperativo, surgido a partir dos anos 80, concretizou “alguns aspectos da metodologia utilizada” (Portas, 2005, p. 263). Do mesmo modo, podemos considerar herdeiros do SAAL alguns programas de apoio às populações residentes em núcleos urbanos com valor patrimonial, como o desenvolvido nos bairros históricos do Porto pelo CRUARB (Comissariado para a Renovação Urbana da Área da Ribeira e do Barredo) e a ação do já referido GTL de Guimarães. Em ambos os casos, com diferentes abordagens, conseguiu-se o mesmo resultado: processos de reabilitação urbana exemplares que conduziram os respetivos Centros Históricos à classificação de Património Mundial da UNESCO.

No contexto atual, 50 anos passados sobre o *25 de Abril*, o Processo SAAL tem sido constantemente evocado, com algum saudosismo, como um exercício exemplar de resposta a um conjunto de carências habitacionais da sociedade portuguesa.



Figura 13 Bairro da Malagueira, em Évora, de Álvaro Siza; fotografia de Eduardo Fernandes.

O programa *Mais do que Casas*, organizado pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto para celebrar o 50º aniversário do *25 de Abril de 1974*, é um bom exemplo desta evocação, reunindo todas as Escolas de Arquitetura, Arquitetura Paisagista e Belas Artes existentes em Portugal numa reflexão crítica comum sobre “os desafios contemporâneos da habitação e do espaço público na construção de uma sociedade intercultural e de promoção da cidadania global” (Xavier *et al.*, 2024).

Subsiste, no entanto, a ideia generalizada de que os ensinamentos que podem ser retirados deste processo estão indissociavelmente conotados com o processo revolucionário iniciado em 1974. Mas, se colocarmos de lado esta conotação, torna-se evidente que as questões do direito à habitação, do direito à cidade e do direito à arquitetura continuam a ser princípios válidos no contexto democrático atual, concretizados na preferência pela centralidade das localizações, pelo diálogo dos projetistas com os futuros moradores e pelo cuidado na relação com as características patrimoniais do meio em que se inserem. Estes princípios são consensualmente admitidos como boas práticas nos debates sobre o tema.

Existem exemplos recentes que confirmam que o essencial das ideias e metodologias do SAAL são perfeitamente aplicáveis no contexto político e social atual, mesmo tendo em conta que os problemas

de carência habitacional que afetam hoje a população portuguesa não são comparáveis à situação vivida em abril de 1974, nem nas causas, nem no tipo, nem nos números.

A ilha da Bela Vista ou o bairro da Bouça, ambos no Porto, são exemplos de programas SAAL (o primeiro não foi construído, o segundo foi apenas parcialmente concretizado) que foram retomados, já no século XXI. Do mesmo modo, têm sido realizadas intervenções de requalificação de ilhas que podem ser diretamente relacionadas com as operações SAAL. O mesmo se pode dizer de alguns bairros recentemente construídos, como as Casas Rainha D. Leonor, também no Porto, com projeto de André Fontes.



Figura 14 Bairro da Bouça, no Porto, de Álvaro Siza; fotografia de Eduardo Fernandes.

Estes (e outros) bons exemplos são, no entanto, exceções no contexto português. Para que sejam mais frequentes, é necessário criar um programa eficaz de efetivo apoio local, generalizado a nível nacional, que assegure uma oferta de habitação acessível em todos os centros urbanos (e não apenas em Lisboa e no Porto), promovendo a

construção (ou reabilitação) de habitação de baixo custo sem descuidar a qualidade do habitar proposto.

Este poderia também ser um passo importante para contrariar a permanente desqualificação da nossa paisagem rural e urbana.

Referências

- Bandeirinha, J. A. (2007). *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Coimbra: e|d|arq, DA FCTUC.
- Câmara Municipal do Porto (1966). *Plano de Melhoramentos*. Porto: CMP.
- Costa, A. A. (1982). *Dissertação*. Porto: ESBAP.
- Costa, A. A. (2007). O Elogio da Loucura. Em: Costa, A. A. *Textos Datados* (pp. 41-49). Coimbra: e|d|arq, DA FCTUC.
- Fernandes, E., e Cabeleira, J., eds. (2024) *Fernando Távora em Guimarães*. Guimarães: EAAD / Lab2PT.
- Fernandes, E., e Jorge, F. (2012). *Guia de Arquitectura de Guimarães*. Lisboa: Argumentum.
- Fernandes, E., e Pereira, R. (2019) A metáfora do Grifo na obra de Januário Godinho: entre ecletismo, contextualismo e a retórica do Estado Novo (pp. 47-80). Em: Ferreira, F. & Fernandes, E. (Eds.) *Representações de Poder de Estado em Portugal e no Império, 1950-74*. Porto: LAB2PT/Circo de Ideias.
- Fernandez, S. (1988). *Percursos, Arquitectura Portuguesa 1930/1974*. Porto: FAUP.
- Ferreira, F., e Fernandes, E., eds. (2019). *Representações de Poder de Estado em Portugal e no Império, 1950-74*. Porto: LAB2PT/Circo de Ideias.
- Ferro, A. (1932) Política do Espírito. *Diário de Notícias* (21.11.1932), p. 1.
- Filgueiras, O. L. (1986). A Escola do Porto (1940/69). Em: AAVV. *Carlos Ramos, exposição retrospectiva da sua obra*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ICOMOS (1968). *Carta Internacional para a Conservação e Restauro de Monumentos*. Veneza: II Congresso Internacional de Arquitectos e de Técnicos de Monumentos Históricos.
- Lefebvre, H. (1968). *Le Droit à la ville*. Paris: Points.
- Lino, R. (1918). *A Nossa Casa - Apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples*. Lisboa: Ed. Atlântida.
- Lino, R. (1933). *Casas portuguesas – Alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples*. Lisboa: ed. Valentim de Carvalho.
- Miranda, N. (1989). Matosinhos. Denominador: participação. *ArChitcti* (1), p. 17.
- Montaner, J. M. (2001). *Depois do Movimento Moderno*. Barcelona: Gustavo Gilli.

- Portas, N. (1959) A Responsabilidade de Uma Novíssima Geração no Movimento Moderno em Portugal. *Arquitectura* (66), pp. 13-14.
- Portas, N. (1963). Uma Experiência Pedagógica na E. S. B. A. do Porto. *Arquitectura* (77), pp. 16-40.
- Portas, N. (2005). O Processo SAAL: entre o Estado e o Poder Local. Em: Mendes, M (Ed.), *Arquitectura(s). Teoria e Desenho, Investigação e Projecto* (pp. 254-263). Porto: FAUP.
- Ribeiro, I. (1994). *Raul Lino – Pensador Nacionalista da Arquitectura*. Porto: FAUP.
- Santos, R., e Drago, A. (2024). *Cidade participada: arquitetura e Democracia. Lisboa*. Lisboa: Tinta da China.
- Silva, L. M. (2024). A Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa: das origens ao novo milénio: uma história abreviada. Em: *Atas do Colóquio What Education? Arquitectura, Ensino e Investigação do projeto (EU)ROPA - Rise of Portuguese Architecture*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais (CES-UC) / Fundação Instituto Marques da Silva.
- Sindicato Nacional dos Arquitectos (1948). *1º Congresso Nacional de Arquitectura, Maio/Junho de 1948. Relatório da comissão executiva. Teses. Conclusões e Votos do Congresso*. Lisboa: SNA.
- Sindicato Nacional dos Arquitectos (1961). *Arquitectura Popular em Portugal*. Lisboa: SNA.
- Tavares, A. (2012). *Dois obras de Janeiro Godinho em Ovar*. Porto: Dafne.
- Távora, F. (1945). O problema da casa Portuguesa”. *ALÈO* (10.11.1945), p. 10.
- Távora, F. (1963) O Encontro de Royaumont. *Arquitectura* (79), p. 1.
- Távora, F. (1969). *Estudo de Renovação Urbana do Barredo*. Câmara Municipal do Porto.
- Távora, F. (1982). *Da organização do espaço*. Porto: ESBAP.
- Távora, F. (1986). As raízes e os frutos (entrevista de Lurdes Féria). *Diário de Lisboa* (3.7.1986), p. 12.
- Toussaint, M. (1989). Do Guadalquivir ao Atlântico: Arquitecturas do centro. *ArChitècti* (1), pp. 5-13.
- Xavier, J. P., Calix, T., Vale, C. P., Guerreiro, F., e Sousa, J. P. (2024). *Mais do que Casas*. Porto: FAUP. Consultado em <https://maisdoquecasas.arq.up.pt/>.

